

# Apresentação

*A Pensar – Revista de Ciências Jurídicas*, da Universidade de Fortaleza, traz ao público a coleção dos artigos que compõem o segundo número do volume 18, do ano de 2013, cumprindo o compromisso de uma periodicidade quadrimestral. Por meio de onze artigos, da lavra de pesquisadores comprometidos com o permanente debate na área do Direito, analisam-se problemas fundamentais e emergentes no âmbito dos quatro eixos temáticos da política editorial deste periódico, quais sejam: Direitos Humanos e Fundamentais; Teoria Política; Estado Democrático de Direito no Brasil; e Direito Constitucional nas Relações Privadas.

Iniciando a apresentação pelos textos pertinentes ao Direito Constitucional nas Relações Privadas, destaca-se a contribuição da Profa. Dra. Maria Celina Bodin de Moraes (UERJ), por meio do artigo “A nova família, de novo: estruturas e função das famílias contemporâneas”, cuja análise enfoca a responsabilidade crescente e solidarista das relações parentais e a expansão da autonomia individual nas relações conjugais. O Prof. Dr. Marcos Augusto A. Ehrhardt Junior (UFAL), com o artigo “As funções da boa-fé e a construção de deveres de conduta nas relações privadas”, discute o conteúdo e as funções da cláusula geral da boa-fé e sua influência na delimitação da teoria dos atos próprios. A fim de analisar a delimitação conceitual da identidade e sua abordagem jurídica, o Prof. Dr. Douglas César Lucas (UNIJUI) apresenta seu artigo “Direito à identidade: itinerários de um paradoxo”. Analisando as interfaces entre o direito à privacidade e a proteção jurídica do corpo, o Prof. Dr. Carlos Nelson Konder (UERJ) aborda os desafios impostos pelas pressões do mercado e as demandas por segurança, para chegar à privacidade como autodeterminação informativa e ao corpo como informação, ilustrando com as situações da redesignação sexual, da

proteção dos dados genéticos e do direito de não saber. Sob o título “A tutela constitucional nas relações privadas e o instituto da arbitragem”, Ana Caroline Noronha Gonçalves Okazaki (UEL) e a Profa. Dra. Rozane da Rosa Cachapuz (UEL) analisam a proteção dos direitos individuais e fundamentais na utilização do instituto da arbitragem. Por fim, o Prof. Dr. Alexandre Ferreira de Assumpção (UERJ), por meio do artigo “Da funcionalidade e limitações do pedido de restituição ordinária e sua aplicabilidade aos contratos na falência”, discute algumas questões relevantes relacionadas ao pedido de restituição ordinária, tal como disciplinado na lei brasileira de falência e recuperação de empresas.

Enfocando os problemas emergentes na seara ambiental, destacam-se três artigos. O primeiro, subscrito pelo Prof. Dr. Délton Winter de Carvalho (UNISINOS) em coautoria com Fernanda Dalla L. Damacena (UNISINOS), sob o título “O Estado Democrático de Direito Ambiental e as catástrofes ambientais: evolução histórica e desafios”, analisa os fundamentos, a missão e os desafios do Estado Democrático de Direito Ambiental, na tentativa de identificar os mecanismos de responsabilidade em face dos riscos e das catástrofes ambientais. O segundo, intitulado “A duplicidade de sanções ambientais e o princípio *non bis in idem*” e estruturado sob a responsabilidade do Prof. Dr. Nestor Eduardo Araruna Santiago (UNIFOR), discute a ausência de delimitação específica entre os ilícitos penais e administrativos em matéria ambiental. Para discutir a proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e ao patrimônio cultural imaterial, apresenta-se o artigo “O registro como instrumento de proteção do conhecimento tradicional associados à biodiversidade”, da Profa. Dra. Márcia Rodrigues Bertoldi (UFPEL).

Com o objetivo de analisar os aspectos que cercavam a cidadania na antiga Roma, o Prof. Dr. Arno Dal Ri Jr. (UFSC) e a Profa. Dra. Luciene Dal Ri (UNIVALI) apresentam o artigo “*Civis, hostis ac peregrinus*: representações da condição de homem livre no *ordo iuris* internacional da Roma Antiga”.

Sobre o ensino superior, este número traz dois artigos interessantes. O primeiro, “O desafio francês: a nova legislação sobre a reforma do ensino superior e da pesquisa na França e sua complexidade”, elaborado pela Profa. Dra. Leda Rouquayrol Guillermette (UNIFOR), discute a reforma universitária que se desenvolveu na França a partir

do ano de 2007 e sua repercussão nas relações de integração com os pesquisadores brasileiros. O segundo, “Núcleo de prática jurídica: necessidade, implementação e diferencial qualitativo”, de autoria do Prof. Dr. Vladimir Oliveira da Silveira (UNINOVE) e da Profa. Dra. Samyra Naspolini Sanches (UNINOVE), traz uma análise sobre o ensino jurídico brasileiro, notadamente, quanto ao desenvolvimento do eixo de formação prática que se faz no âmbito dos núcleos de prática jurídica.

Oportunamente, anuncia-se a iniciativa da *Pensar – Revista de Ciências Jurídicas* em dedicar, a partir deste volume, um número específico à análise de uma temática especial. O número 3 deste volume 18, que será publicado em dezembro do ano corrente, trará artigos específicos sobre a relação entre Direito e Política. Dentre os convidados que já confirmaram a sua participação, estão: o Prof. Dr. Luis Roberto Barroso, recém-empossado Ministro do Supremo Tribunal Federal; o Prof. Dr. Lênio Streck e o Prof. Dr. Luiz Edson Fachin.

Concluídos os trabalhos de editoração, resultado do labor valioso de um conjunto de colaboradores comprometidos com a qualidade do periódico, tornou-se possível entregar mais este número à comunidade acadêmica. Assim, com satisfação, entregamos àqueles interessados em discutir o conhecimento na área jurídica o número 18.2 da *Pensar*, fazendo votos de uma leitura proveitosa.

Prof. Dr. Gustavo Raposo Pereira Feitosa e  
Profa. Dra. Joyceane Bezerra de Menezes

**Editores**